

Ministério garante o cumprimento das metas

BRASÍLIA — O Ministério da Economia garantiu ontem, em nota oficial, que as metas econômicas previstas na carta entregue ao Fundo Monetário Internacional (FMI) vêm sendo cumpridas, até com folga, e que a queda na arrecadação federal em fevereiro, que poderia afetar o acordo, vem sendo compensada por outras medidas, “inclusive com rigorosa contenção das despesas”. O Ministério admite que apenas o desempenho do Tesouro, por causa da queda de arrecadação, não vem atingindo os números previstos.

Sem citar o jornal *Folha de S. Paulo*, que publicou notícia afirmando que “Metas ao FMI serão furadas este mês”, a nota do Ministério sus-

tenta que as demais “metas mantidas no Programa Econômico do Governo estão apresentando margens confortáveis para seu efetivo cumprimento, entre as quais podem ser citadas as reservas internacionais e o crédito interno líquido”.

Quanto à inflação, a nota do Ministério da Economia afirma que o IGP—DI (Índice Geral de Preços, no conceito de Disponibilidades Internas), que é o considerado no acordo com o FMI, poderia acumular 155,9% de novembro a fevereiro. O índice registrado ficou em 143,19%, conforme a Economia. Pela primeira vez, o governo confirma o índice inflacionário embutido no programa

econômico: 26% em janeiro, 23% em fevereiro e 20% em março. Os índices registrados ficaram pouco acima das metas: o IGP—DI ficou em 26,84% em janeiro e 24,79% em fevereiro. Quanto a março, os técnicos do Ministério admitem que ele também deverá ficar pouco acima do considerado no programa econômico (eles trabalham com uma inflação ao redor de 20,5%).

A nota faz questão de afirmar que o programa econômico começou a ser executado em novembro do ano passado, e não em janeiro, quando o FMI aprovou a carta de intenções do governo brasileiro. Assim, a inflação acumulada desde novembro está

abaixo do índice embutidas nas metas econômicas do ajuste econômico. Assim, conforme a nota, “o resultado efetivo acumulado no período novembro/dezembro é melhor do que aquele considerado no Programa”.

Para o Ministério, as notícias estão superestimando a queda de arrecadação tributária e contesta ainda a afirmação de que nem mesmo o governo federal saberia como estão as contas dos estados e municípios (que fazem parte do déficit ou superávit público). “O Ministério da Economia, em conjunto com o Banco Central, tem estatísticas mensais sobre o comprometimento das contas dessas instâncias governamentais”.